



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO DE CONVITE nº _____ de 2022
(Da Sra. Talíria Petrone)

Requer a realização de diligência, por esta Comissão, no município de Petrópolis (RJ), com o objetivo de acompanhar as iniciativas tomadas pelo Poder Público após os desastres decorrentes das fortes chuvas que atingiram a região em fevereiro de 2022.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 32, inciso VIII, alínea "a" do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de diligência no município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de acompanhar as iniciativas tomadas pelo Poder Público após os desastres decorrentes das fortes chuvas que atingiram a região em fevereiro de 2022.

JUSTIFICAÇÃO

As chuvas fortes que deixaram, ao menos, 234 mortos em Petrópolis completaram seis meses em agosto, mas ainda há obras que nem começaram a ser executadas. O muro de contenção prometido, por exemplo, ainda não foi feito. Com três pessoas ainda desaparecidas, a tragédia é a maior da história da cidade na Região Serrana do Rio de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Janeiro e, mesmo após um semestre dos fatos narrados, os moradores reclamam da ausência do Poder Público na cidade¹.

De acordo com a imprensa local, a reabertura e a limpeza ocorreram nas áreas centrais e turísticas da cidade, com o retorno do comércio e as obras de recuperação. Contudo, o mesmo não é percebido nas regiões mais afetadas, em que há casas nas encostas.

Antes de mais nada, é essencial compreender que tragédias como essa não são desastres naturais. São frutos da apostila em modelos de cidade voltados à especulação imobiliária, expulsando trabalhadores e trabalhadoras para áreas de risco e mais ainda, criando as condições para que chuvas intensas se transformem em desastres como o que vimos.

Diante desse cenário, os mandatos da Deputada Federal, Talíria Petrone (PSOL-RJ), e do vereador de Petrópolis, Yuri Moura (PSOL), conduziram uma visita técnica nas regiões afetadas no último dia 10 de agosto para fiscalizar as ações do Poder Público e dialogar com a população local.

Na oportunidade, constataram a ausência, até hoje, de obras de drenagem e contenção de encostas. Puderam observar também a permanência de casas em áreas de risco, incluindo um Centro de Educação Infantil e vias interditadas. Além disso, relatos de lideranças locais dão conta de outras graves violações de direitos como, por exemplo:

- i. Subnotificação de mortes e desaparecidos, fruto de problemas no fluxo de identificação de mortos no Instituto Médico Legal e devido a suspensão antecipada de buscas.
- ii. Falta de políticas públicas de habitação popular, em especial, voltadas às populações atingidas;
- iii. Vítimas não estão tendo acesso ao Aluguel Social;

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/08/15/seis-meses-aos-tragedia-em-petropolis-familias-retornam-para-areas-de-risco.ghtml>





- iv. Obras emergenciais atrasadas;
- v. Algumas famílias ainda vivenciam problemas relacionados ao acesso à energia elétrica, água e telefonia.
- vi. Ausência de uma política de saúde mental voltada às vítimas das chuvas de fevereiro.

Diante deste cenário, faz-se necessária diligência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, ao município de Petrópolis, com vistas a fiscalização, por parte de membros desta Casa, das iniciativas tomadas pelo Poder Público após os desastres decorrentes das fortes chuvas que atingiram a região em fevereiro de 2022.

Sala das Sessões, de setembro de 2022.

Talíria Petrone

Deputada Federal (PSOL-RJ)

